

DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA: RUMOS, POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Antonio José Pereira de Moraes – PPGE/UCP

Resumo

O presente estudo versa sobre a possibilidade de articulação de um campo de pesquisa no contexto escolar analisando a orientação sexual, tomando como referência o multiculturalismo e a abordagem teórica de dos estudos culturais e de gênero. De acordo os Parâmetros Curriculares Nacionais, o objetivo do trabalho de Orientação Sexual é contribuir para que alunos e alunas possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade. A orientação sexual deve fazer parte do projeto político pedagógica da escola e deve ser desenvolvida pelos próprios professores/as, em suas turmas. Por que e para que a escola deve oferecer um serviço de orientação sexual? Como vem sendo desenvolvido o trabalho dos orientadores sexuais nas escolas em que estes atuam? Quais os principais entraves encontrados no exercício da função? A pesquisa teve como objetivo compreender como uma escola pública de ensino médio da zona oeste do Rio de Janeiro trabalha a orientação sexual no seu dia a dia, bem como identificar possibilidades e limites para esse trabalho. A abordagem multicultural serviu de apoio para a análise dos dados, considerando o multiculturalismo central em uma época marcada pelos conflitos e demandas relacionadas com vários aspectos que não só aprofundam temáticas caras ao campo multiculturalista. Nesse sentido, em uma nova perspectiva de um currículo sem fronteiras, a pesquisa defende o olhar multicultural do desenvolvimento integral do aluno enquanto pessoa humana. Com o conhecimento desenvolvido neste trabalho, espera-se compreender como a escola pode intervir sobre esta temática, desenvolvendo uma postura de respeito às diferenças nas relações com as pessoas de ambos os sexos, incluindo as questões de gênero, identidade e orientação sexual. É necessário tomar consciência de que as pessoas precisam ser respeitadas de acordo com sua época, situações históricas e vivências, através da promoção da orientação sexual nos cotidianos escolares.

Palavras-chave: Multiculturalismo, currículo, orientação sexual, sexualidade humana.

Introdução

Quando falamos em orientação sexual, temos que levar em consideração a sexualidade como algo inerente à vida em todos os seus aspectos. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, é de suma importância incluir a orientação sexual como tema transversal nos currículos escolares, o que requer refletir sobre o papel, a postura e a melhor atuação possível do professor/a para tratar deste assunto.

Conforme os PCN, o objetivo do trabalho de Orientação Sexual é contribuir para que os alunos/as possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e

responsabilidade. Esse tema vincula-se ao exercício da cidadania na medida em que, de um lado, se propõe a trabalhar o respeito por si e pelo outro, e, por outro lado, busca garantir direitos básicos a todos, como saúde, informação, conhecimento e os elementos fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades.

A escola é uma das instituições onde se instalam mecanismos do dispositivo da sexualidade viva por ser um espaço de convivência humana, tornando-se, portanto sexualizada. Esse assunto ao mesmo tempo apavora e fascina professores/as e alunos/as, como pude perceber na prática da escola observada, mas cabe ao professor/a estimular a compreensão do assunto, levando em consideração sua importância. Trabalhando o tema de forma sistemática e não de modo pontual ou esporádico, articulando o texto dentro do contexto.

Referencial Teórico

Pesquisas recentes da UNESCO (2008) mostram que a escola, com seu papel formativo, tem a responsabilidade de proporcionar aos alunos/as conhecimentos para superar os preconceitos e defender os direitos humanos, tratando as questões de sexualidade e diversidade sexual de forma a abordar: corpo, sexo, gênero, homossexualidade, transexualidade, gravidez, AIDS, doenças sexualmente transmissíveis, desejos, prazer e outros aspectos relacionados. O professor/a, com base em seus conhecimentos, precisa atuar de forma contínua, levando em consideração conteúdos estruturados que propiciem o trabalho com questões de sexualidade. O professor/a precisa problematizar e desnaturalizar os fatos, contribuindo para que o estudante seja capaz de contextualizar e analisar tais questões. Segundo Louro (2004):

Essa presença da sexualidade independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de “educação sexual”, da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se “despir” (p.81).

A orientação sexual deve ser iniciada o mais cedo possível, pelos adultos que convivem com as crianças, com base em um diálogo franco e em um clima de confiança

e respeito mútuo. Não há necessidade, nem seria adequado, determinar um tempo especial para esse começo. As crianças, pela observação das diferenças biológicas entre homem e mulher (genitálias externas e caracteres secundários), logo começam a formar sua identidade sexual. Um menino percebe que é biologicamente igual ao pai e diferente da mãe e da irmã, dando início, dessa forma, ao processo de construção da identidade social. O mesmo acontece com as meninas.

Não se deve esquecer que a família e a escola devem estar unidas nesta tarefa; ambas tem responsabilidades quando se trata de orientação sexual e, portanto, devem estar articuladas em sua realização.

Durante a realização da pesquisa, procurei percorrer caminhos que julgava seguros, para que no final, pudesse ter garantia quanto ao tipo de conhecimento gerado. Os caminhos foram sempre direcionados segundo uma pesquisa, caracterizada como metodológica e qualitativa fundamentada no estudo de Duarte (2002), Gatti (2007), Ludke, André (1986), e Bogdan e Biklen (1994).

A orientação sexual deve fazer parte do projeto político pedagógica da escola e ser desenvolvida pelos próprios professores/as, em suas turmas. Os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem que os temas sejam apresentados por meio da transversalidade dos conteúdos. Uma vez discutidos, os assuntos devem ser retomados, com conteúdos mais aprofundados, toda vez que houver interesse por parte dos alunos/as.

As diferentes formas de obtenção de dados para uma investigação científica estão aliadas a perspectivas metodológicas e teóricas que lhes dão sentidos. Cuidados básicos nesta obtenção precisam ser garantidos pelo pesquisador no sentido de permitir discussões sobre a validade e o âmbito de pertinência desses dados (GATTI, 2007).

Muitas escolas, por não se sentirem plenamente capacitadas para a discussão, convidam pessoas de fora do universo escolar (médicos, enfermeiros, psicólogos e especialistas) para realizarem palestras para os alunos. A prática demonstrou que esse recurso nem sempre é eficaz. Falar sobre sexualidade requer intimidade e ela só acontece entre pessoas conhecidas e confiáveis. Assim, aqueles profissionais podem contribuir, e muito, na capacitação dos professores/as para que estes possam, então, desenvolver ações com seus alunos/as. Podem também oferecer conhecimentos e informações relevantes para os estudantes.

A escola, ao oferecer orientação sexual, estará contribuindo efetivamente para que seus alunos/as desenvolvam a comunicação clara nas relações interpessoais, elaborem valores a partir do pensamento crítico, compreendam o próprio comportamento e tornem decisões responsáveis a respeito de sua vida sexual, agora e no futuro.

A formação das identidades depende do processo de socialização e da relação ensino-aprendizagem que ocorrem de acordo com as características físicas, cognitivas, afetivas, sexuais, culturais e étnicas dos envolvidos nos processos educativos.

A escola como esfera pública democrática pode possibilitar a capacitação de pais, alunos e educadores para a participação na busca de soluções para os problemas da escola, do bairro, da cidade, do Estado, do País e da vida da espécie humana no planeta, como nos alerta Louro (2004):

Fortemente “atravessado” por escolhas morais e religiosas, o tratamento da sexualidade nas salas de aula geralmente mobiliza uma série de dualismos: saudável/doentio, normal/anormal (ou desviante), heterossexual/homossexual, próprio/impróprio, benéfico/nocivo, etc. A partir das mais diversas estratégias ou procedimentos, usualmente buscando apoio em pesquisas ou dados “científicos”, procede-se a uma categorização das práticas sexuais, dos comportamentos e, por consequência, das identidades sexuais (p.133).

Em uma escola democrática, todos devem ter o direito de falar, opinar e participar nos processos decisórios. É participando que se aprende a participar. Uma escola “perfeita”, na qual ninguém precisa dar nenhuma opinião, é um desastre educativo. O problema é que o controle e a disciplina, a ideia de ordem, organização e limpeza muitas vezes se tornam prioritários em relação ao direito de participação e acabam propiciando o silenciamento, o preconceito e a segregação.

Um ponto de partida para que exista o respeito à diversidade na escola é aceitarmos que os agentes que nela interagem têm interesses, visões de mundo e experiências culturais diferentes, sem que nenhum tenha o monopólio da verdade, da inteligência e da beleza. Daí a necessidade de negociações permanentes para que todos façam concessões, e tenham ao menos parte dos seus interesses e valores contemplados no espaço público da escola.

A sexualidade é uma dimensão fundamental de todas as etapas da vida de homens e mulheres, envolvendo práticas e desejos relacionados à satisfação, à afetividade, ao prazer, à saúde, etc. Para os adolescentes, se traduz em um universo de

descobertas, experimentações e vivência de liberdade, destacando-se como um campo de autonomia e práticas próprias da juventude. (Organização das Nações Unidas para a Educação, 2003 apud Ministério da Saúde, 2006).

Em suma, a orientação sexual é antes de tudo educação e, como educação, tem o papel de provocar mudanças. Alunos/as, professores/as e/ou educadores podem juntos buscar construir um conhecimento sobre sexualidade humana para darem, ou não, novos significados às suas vivências. Necessariamente, não deve existir um agente “credenciado” dentro das escolas, como o professor/a de ciências, o psicólogo/a ou o orientador/a educacional explorando o tema da sexualidade. O trabalho de orientação sexual escolar tem de ser pensado numa perspectiva metodológica, interdisciplinar, ou seja, coletivamente.

Por fim, a análise apresentada não visa esgotar todas as questões que poderiam ser suscitadas sobre a temática sexualidade, mas sim, contribuir para criar uma nova maneira de pensar a prática da orientação sexual, sua importância, como ela vem sendo desenvolvida e quem são os personagens mais indicados para o desenvolvimento desta temática.

Mostra-se relevante, então, problematizar a construção de práticas pedagógicas que possibilitem o desenvolvimento de um trabalho profícuo visando à construção de conhecimentos sobre sexualidade humana de forma abrangente e não pontuada em problemas específicos que adentram a escola em ocasiões específicas, tais como gravidez, doenças sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos, entre outras.

Minha escolha por este assunto apoia-se basicamente em minha trajetória acadêmica e profissional, com uma experiência de 25 anos de magistério. Arrisco-me a afirmar que casos de silêncio e omissão sobre sexo e sexualidade nas escolas e nos cursos de formação de professores acontecem regularmente. Atuando paralelamente como supervisor no SOEP (Serviço de Orientação Educacional e Psicológico) de uma rede de escolas privadas do Rio de Janeiro e professor nos cursos de formação de professores (História, Geografia, Letras, Biologia, Educação Física e Pedagogia) nas Faculdades Integradas Simonsen, Centro Universitário da Cidade e na Universidade Cândido Mendes, pude testemunhar as dificuldades com base nas avaliações feitas pelos alunos. Nas discussões em sala de aula e nos trabalhos acadêmicos desenvolvidos, muitos fatos

que me evidenciavam o despreparo da equipe de gestão (direção, coordenação, supervisão, orientação) e dos professores/as.

Todos esses fatos despertaram-me o interesse por desenvolver um estudo sobre as práticas pedagógicas relativas à sexualidade promovidas por uma escola de ensino médio, a fim de compreender melhor o tratamento dado à sexualidade na escola. A escolha por esse nível de ensino decorreu em função da faixa etária dos alunos e da prontidão para o desenvolvimento pleno da sexualidade.

Assim, a pesquisa teve como objetivo geral compreender como uma escola pública de ensino médio da zona oeste do Rio de Janeiro trabalha a orientação sexual no seu dia a dia, bem como identificar possibilidades e limites para esse trabalho.

Os objetivos específicos selecionados foram: a) compreender os motivos que levaram a escola a desenvolver um programa de orientação sexual; b) identificar os principais conhecimentos e recursos empregados no desenvolvimento da orientação sexual na escola; c) compreender as reações dos alunos quanto às informações sobre a orientação sexual desenvolvida no projeto; d) identificar dificuldades envolvidas na implementação do trabalho de orientação sexual; e) compreender os conceitos de “correto” e “normal”, adotados por professores/as e alunos/as no processo de orientação sexual; f) analisar as concepções de sexualidade e de orientação sexual adotadas no trabalho desenvolvido pela escola.

No dia a dia da escola, sob intervenção da LDBEN 9394/93 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) podemos perceber a grande contribuição da inserção desta temática nas diversas áreas do conhecimento escolar. De acordo com a realidade e as experiências de vida dos alunos/as tentamos analisar como esse fenômeno ocorre na educação brasileira descrevendo a partir de pesquisas analisadas (sites, livros e revistas científicas) correlacionando as principais fases do desenvolvimento da orientação sexual nas escolas brasileiras enfatizando a importância da orientação sexual e a postura dos educadores nesse trabalho criativo sob orientação e responsabilidade da equipe escolar, não descartando a importância da família e suas relações que objetivamente buscam compreender as manifestações da sexualidade na vida dos alunos/as de acordo com suas expectativas e critérios de adequação a individualidade, respeitando seus aspectos procedimentais e atitudinais, definindo os conteúdos a serem trabalhados de acordo com

as expectativas e necessidade de cada aluno/a, envolvendo dessa forma toda prática pedagógica desenvolvida na unidade escolar.

Finalmente, a partir do conhecimento desenvolvido nesse trabalho espera-se compreender como a escola pode intervir com esta temática, desenvolvendo uma postura de respeito às diferenças nas relações com as pessoas de ambos os sexos incluindo as questões de gênero, identidade e orientação sexual, conscientes de que estas precisam ser respeitadas de acordo com sua época, situações históricas e vivências de cada indivíduo, promovendo assim uma orientação didática geral no âmbito das relações escolares.

Este estudo foi realizado no Colégio Estadual Banguense, na cidade do Rio de Janeiro, a unidade escolar está localizada em um bairro de classe trabalhadora e a maioria dos alunos que frequentam a escola é formada por filhos de famílias de baixa renda. A escola tem como Diretora Geral a professora Maria Rosa. A apresentação formal da instituição será desenvolvida e complementada no decorrer do trabalho.

A escolha da escola se deu pelo fato de ser uma dentre as muitas visitadas pelo pesquisador que apresenta uma proposta de trabalho com projeto de orientação sexual vinculado as disciplinas de ciências e educação física, bem como projetos que abordam questões de sexualidade.

A geração de dados se deu por meio de entrevistas, observações das aulas, observações do cotidiano escolar e principalmente inserção nos projetos desenvolvidos, com o pesquisador atuando como palestrante para os alunos do 1º, 2º e 3º anos do ensino médio, no auditório com o tema “Gravidez na adolescência”, com a formação de grupos de discussão com alunos/as, professores/as e demais profissionais da instituição.

Minha opção por desenvolver esse tipo de pesquisa se deu em 2010, ao participar de uma pesquisa, coordenada pela professora Maria de Lourdes Sá Earp, em uma escola de Petrópolis. Embora com objetivos distintos, a aproximação dos procedimentos realizados, das entrevistas, das transcrições do material gravado, as observações do cotidiano da escola, as discussões e reflexões proporcionadas nos encontros com o grupo e a interação com uma pesquisadora com ampla experiência, incentivou-me a optar pelo trabalho de campo para atingir meus objetivos propostos no

Colégio Banguense, fundamentando os procedimentos aprendidos na prática de pesquisa desenvolvida durante o curso de mestrado.

O COTIDIANO ESCOLAR

Com base nos resultados obtidos, apresentaremos algumas situações observadas na escola e estabeleceremos relações com o conceito de igualdade de gênero. As atividades desenvolvidas na escola (palestras, entrevistas, debates entre outros), tiveram como objetivo aproximar nosso olhar, no sentido de “ver com outros olhos”, e direcionar a atenção para as relações de corpo, gênero e sexualidade, para os estereótipos sexuais e, principalmente, apresenta-se como uma simbolização do que foi dito pelos professores/as e pelos alunos:

Os resultados obtidos mostraram que as relações escolares apresentam facetas obscurecidas quanto às relações de corpo, gênero e sexualidade, e através dos episódios observados na escola e a fala da professores/as, pudemos verificar uma possível tensão entre desconhecimento, igualdade e diferença, que foi mostrando-se na socialização dos alunos. Esta perspectiva expressa que os estereótipos de corpo, gênero e sexualidade atravessam a construção do que é ser homem e mulher, na qual não se explica como um fato exclusivamente escolar, mas converte-se em um fato social.

A análise das observações permitiu entrever que a professores/as compartilham de um olhar estereotipado sobre os papéis socialmente aceitos e recomendados para meninos e meninas. Essa visão é reforçada em atitudes e ações que acabam várias vezes, reforçando os estereótipos sexistas. Na verdade, não pretendemos culpar a professora, mas entender que sua prática não é imune a crenças que estão arraigadas na sociedade de forma geral.

As relações pedagógicas que são construídas na escola estão carregadas de simbolizações e os alunos aprendem normas, conteúdos, valores, significados, que lhes permitem interagir e conduzir-se de acordo com o gênero.

Com base nos dados levantados, é possível dizer que o trabalho dos/as professores/as está embasado nas concepções de um “modelo pedagógico” no qual estas questões não emergem, pois fazem parte de um currículo oculto. Desse modo, as professores/as, durante o seu período de formação, não foram preparadas para refletir

sobre como os estereótipos de papéis sexuais agem no contexto escolar. Este assunto não está incluído no currículo e no planejamento escolar, mas situações concretas e cotidianas mostraram como é forte o processo de construção de diferenciação sexista. Por outro lado, os professores/as são vítimas desse processo, pois desconhecem a força dos estereótipos sexistas.

Os episódios representativos da igualdade e diferença que analisamos e identificamos, mostram que, na construção do gênero, eles instauram, explicitam e expressam relações sociais e versões diferentes na identificação do feminino e do masculino. O papel do adulto, como os pais e a professores/as, é fundamental para a transmissão de atitudes sexistas, pois demonstram expectativas que ajudam na construção da imagem do que é ser homem e mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O multiculturalismo procura romper com o preconceito e com o racismo no cotidiano escolar através de uma discussão conceitual rompendo o silêncio e aprendendo a olhar e a enfrentar os desafios. As ideias multiculturalistas discutem como podemos entender e até resolver os problemas gerados pela heterogeneidade cultural, sexual, política, religiosa, étnica, racial, comportamental, econômica, já que teremos que conviver de alguma maneira. Stuart Hall (2003) identifica pelo menos seis concepções diferentes de multiculturalismo na atualidade: Multiculturalismo conservador, liberal, pluralista, comercial, corporativo (público ou privado) e crítico.

Os multiculturalismos nos ensinam que reconhecer a diferença é reconhecer que existem indivíduos e grupos que são diferentes entre si, mas que possuem direitos correlatos, e que a convivência em uma sociedade democrática depende da aceitação da ideia de compormos uma totalidade social heterogênea na qual: a) não poderá ocorrer a exclusão de nenhum elemento da totalidade; b) os conflitos de interesse e de valores deverão ser negociados pacificamente; c) a diferença deverá ser respeitada.

A política do reconhecimento e as várias concepções de multiculturalismo nos ensinam, enfim, que é necessário que seja admitida a diferença na relação com o outro. Isto quer dizer tolerar e conviver com aquele que não é como eu sou e não vive como eu

vivo, e o seu modo de ser não pode significar que o outro deva ter menos oportunidades, menos atenção e recursos.

Com ele percebemos uma interação marcada de vida de autonomia, e criatividade, em contraposição à lógica de produção e reprodução de desigualdades, injustiças sociais, étnicas e culturais. Seu objetivo maior consiste em promover reflexão através de observações para compreender realidades socioculturais e educativas múltiplas, a fim de potencializar caminhos na perspectiva do fortalecimento de redes educacionais que ultrapassem visões societárias e civilizatórias hegemônicas e excludentes, procurando fomentar a discussão reflexão, praticas e formação continuada livre, com profissionais comprometidos com um mundo sem racismo, machismo, homofóbico, elitista, etc.

Desta forma podemos estimular a compreensão sobre a formação política no espaço da escola contemporânea assentada nas bases de uma democracia discursiva, que depende de processos de entendimento capazes de contemplar todos os membros de um estado de direito. A contemplação de uma democracia baseada na canalização da força comunicativa dos participantes sociais para a realização de metas políticas comuns, capazes de superar diferenças e desigualdades com base no direito que é uma característica fundamental nas sociedades atuais. Em resumo é preciso estabelecer a função da escola na formação integral do cidadão, implementando o caminho necessário para a busca da felicidade, bem como a satisfação de suas vontades e de suas escolhas, abandonando medos e sentimentos negativos, fugindo sempre da ignorância e da escuridão, modificando o seu lugar com esperança, otimismo e alegria. Vislumbrando sempre a qualidade para eleger seu próprio destino.

REFERENCIAIS TEÓRICOS

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Lei 9.394/96). *Diário Oficial da União*, 13 de julho de 1990.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros curriculares Nacionais: pluralidade Cultural, Orientação Sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo.** Cadernos de Pesquisa, n.115 p. 139 – 154, março/2002.

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da Pesquisa em Educação no Brasil.** Brasília: LiberLivro, 2007.

HALL, Stuart. **Da diáspora – identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.

LOURO, G. L. **Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento.** In: LOPES, D. et al. (Orgs.). Imagem e diversidade sexual. São Paulo: Nojosa, 2004.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.